

Na comissão, ironia, crítica e riso

Durante as duas horas e meia que passou com os senadores da Comissão da Dívida Externa, Bresser Pereira deu muitas explicações técnicas mas também se descontraiu e deu boas risadas. Quando um dos senadores presentes, Roberto Campos (PDS-MT), defendeu o capital estrangeiro e a ida do Brasil ao FMI, "antes de qualquer acordo com os bancos credores", Bresser não conseguiu segurar uma risada. O ministro da Fazenda continuou mostrando um riso irônico na hora em que o senador mato-grossense definiu o País como "um caloteiro" que deveria pôr suas dívidas em dia: "As reservas de mercado, assim como a conversão da dívida em títulos são posturas ingênuas", afirmou Campos. Em seguida, abandonou a reunião.

Sem se mostrar abalado, Bresser continuou suas explicações aos demais senadores presentes, entre eles os líderes Fernando Henrique

Cardoso (PMDB-SP) e Carlos Chiarelli (PFL-RS). Nos primeiros 40 minutos, o ministro expôs com detalhes sua última viagem aos Estados Unidos e, depois, abriu a reunião para os debates. Ao contrário, entretanto, do que esperava, os senadores se mostraram pouco propensos à polêmica e dúvidas. Bresser discursou, à exceção de Campos, para uma platéia praticamente consensual.

É que quando Bresser pediu para a reunião com a comissão acontecer a portas fechadas, seu argumento era que "dessa forma as perguntas seriam mais francas e as críticas mais contundentes". Num clima mais polêmico, o ministro pretendia fornecer, segundo disse, todos os elementos de seu novo plano de renegociação da dívida externa.

Mas os apartes técnicos foram poucos. O senador Fernando Henrique preferiu atacar a imprensa e grandes empresas "que praticam o

lobby impatriótico de enfraquecer o ministro da Fazenda às vésperas de negociações tão importantes". Fernando Henrique elogiou a postura do ministro e lhe assegurou que "ele deixará o País com todo o apoio político". Chiarelli também elogiou "o bom caminho em que Bresser está" e o senador Virgílio Távora (PDS-CE) deu a ele "seu apoio racional".

Bresser quis deixar claro à Comissão que não contava com muito espaço para manobras mas que insistiria, além das negociações convencionais, nos itens da que chamou negociação não convencional. Entre eles, Bresser destacou que pretende incluir uma nova norma nos contratos: "Caso os juros disparem além de um certo limite, o excedente seria capitalizado no final, a exemplo do que ocorre nos financiamentos do BNH", ponderou.

Na negociação convencional, segundo o ministro, o Brasil estava

atrás de maior prazo e menores juros.

Lembrou aos políticos que oito países latino-americanos estavam com moratória parcial ou total, e para que o Brasil saísse dela era necessário mudar alguns fatores do atual quadro da dívida.

Sobre a negociação não-convencional, que consiste na conversão da dívida em títulos, o ministro falou da conveniência de não radicalizar. Informou que "os bancos pequenos estavam mais interessados nos títulos, desde que houvesse um respaldo sólido".

O ministro revelou que o Brasil só sairá da moratória quando houver o financiamento dos novos juros, assinalando que a permanência não é um ato político de desafio: "Sair dela unilateralmente poderia ser um gesto economicamente sem consequência", concluiu.